

“Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”: uma etnografia das relações das pessoas com as águas

Marcos Samuel Costa da Conceição¹
Universidade Federal do Pará

Resumo: Nesta escrita etnográfica e fotoetnográfica, quis “investigar” as relações estabelecidas entre ribeirinhas/os (em contexto urbanizado) e os rios/afluentes que compõem o cenário de suas vidas. Compreendendo-o simultaneamente como espaço físico-simbólico, geográfico-político. O problema de pesquisa centrou-se em compreender como as transformações afetam essas relações e os modos de vida locais. Argumenta-se que, apesar dessas transformações, rios e pessoas continuam produzindo formas de permanência, recriação de vínculos, por meio de novos afetos e práticas cotidianas com as águas. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se no meu diário de campo [do mestrado], em registros fotográficos, entrevistas, leituras e em referencial bibliográfico sobre o tema.

Palavras-chaves: ribeirinhos, águas, ocupação, marés.

CONCEIÇÃO, Marcos Samuel Costa da. “Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”: uma etnografia das relações das pessoas com as águas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 13 (31): 61-72, janeiro a abril de 2026. ISSN: 2358-5587

¹ Doutorando em Antropologia Social (PPGA), mestre em Antropologia Social (PPGA/IFCH/UFPA), esp. em políticas de garantias de Direitos (UnB), bacharel em Serviço Social (UFPA) e licenciado em História (UNILINS).

“There are big tides here that even make you scared; they cover the whole street”: an ethnography of people’s relations with the waters

Abstract: In this ethnographic and photo-ethnographic writing, I sought to “investigate” the relationships established between riverside people (in an urbanized context) and the rivers/tributaries that make up the landscape of their lives, understanding them simultaneously as physical-symbolic and geographic-political spaces. The research problem focused on understanding how transformations affect these relationships and local ways of life. It is argued that, despite these transformations, rivers and people continue to produce forms of permanence and the re-creation of bonds through new affects and everyday practices with the waters. Methodologically, the research is based on my [master’s] field diary, photographic records, interviews, readings, and a bibliographic framework on the subject.

Keywords: riverine people, waters, occupation, tides.

“Hay mareas grandes aquí que hasta dan miedo; cubren toda la calle”: una etnografía de las relaciones de las personas con las aguas

Resumen: En esta escritura etnográfica y fotoetnográfica, quise “investigar” las relaciones establecidas entre poblaciones ribereñas (en un contexto urbanizado) y los ríos/afluentes que componen el escenario de sus vidas, comprendiéndolos simultáneamente como espacios físico-simbólicos y geográfico-políticos. El problema de investigación se centró en comprender cómo las transformaciones afectan estas relaciones y los modos de vida locales. Se argumenta que, a pesar de estas transformaciones, los ríos y las personas continúan produciendo formas de permanencia y recreación de vínculos, por medio de nuevos afectos y prácticas cotidianas con las aguas. Metodológicamente, la investigación se fundamenta en mi diario de campo [de maestría], en registros fotográficos, entrevistas, lecturas y en un marco bibliográfico sobre el tema.

Palabras clave: ribereños, aguas, ocupación, mareas.

Pessoas e águas em pontes e ribeiras

*Ser capaz, como um rio
que leva sozinho
a canoa que se cansa,
de servir de caminho
para a esperança.*
(Thiago de Mello)

Este artigo é produto da minha escrita etnográfica durante o mestrado², que, por sua vez, foi fruto de campo realizado entre janeiro e março de 2025, em Ponta de Pedras, Marajó, Pará, mais especificamente em um bairro ribeirinho intitulado Carnapijó, quando trabalhei com as moradias ribeirinhas, mais especificamente como as casas ribeirinhas e palafitadas podem ser uma das formas de expressão dessa identidade (étnica?) ribeirinha.

A questão analítica que orienta o texto são os estudos de etnicidade e da antropologia dos povos tradicionais (e/ou antropologia ribeirinha) que aos poucos se formula quanto campo paralelo, mas entendo que faz parte de uma noção maior, no caso dos povos tradicionais³). Pois se baseia nos estudos da questão da identidade, na construção identitária e nos processos de territorialização e práticas culturais.

No entanto, aqui quero, a partir do campo, (des)escrever sobre as relações que as pessoas têm com os rios, igarapés e áreas alagadas em conjunção com suas moradias. Pois, por mais poética que possa parecer tal constatação nessa leitura, muitos desses rios e braços de rios estão morrendo para tais moradores e moradoras, por conta da poluição, do assoreamento e da degradação (pois, não mais se toma banho neles, nem se pesca e afins). Justo esses rios, que nas palavras do poeta, sempre carregou a canoa do homem/da mulher que se cansa, e hoje se encontra cansado.

Seguindo as ideias de Paul Little de que: “[p]ara analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (2004: 254), tomemos tal ponto de partida para pensar esse bairro. O Carnapijó tem um tempo histórico longo, relacionado à ocupação tradicional e, pelo que muitos relatos afirmaram, que a sua ocupação surge pela proximidade do rio.

E não apenas isso: esse núcleo passa a receber as pessoas que não tinham moradias próprias, que vinham de outros lugares, que formavam família e que ali puderam ter um solo para construir suas casas, vidas e histórias. Muitos terrenos foram negociados – como me relatou o meu interlocutor Seu Pedro Pajé; seu terreno fora fruto de uma troca, em que ele ofereceu um aparelho de som, e o antigo

² Que resultou na dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. CONCEIÇÃO, M. S. Costa. *Habitar/habitação em carnapijó: arte, narrativas e resistências no diálogo ancestralidade e urbanidade em um bairro ribeirinho*, CXVI, 116 p., Belém, 2025.

³ Na “XV RAM – Reunião de Antropologia do Mercosu: Retomar o Futuro” do 04 a 08/08/2025, na UFBA, em Salvador, BA, Brasil participei do GT 050: Antropologias Ribeirinhas e mundos outros com águas: paisagens, travessias, rupturas e relações mais que humanas diante das emergências climáticas, coordenado por Igor Luiz Rodrigues da Silva (FAS-VIPA/MACUP), Beatriz Demboski Búrigo (UFSC)

dono do terreno, onde é hoje sua casa, lhe passou as terras.

Ainda, outros espaços foram cedidos pela própria prefeitura, pois eram terras devolutas. Como me relatou outra interlocutora, dona Maria, o antigo prefeito, isso na década de 1980, havia lhe “dado” aquele lugar. Outro fato interessante, é que esses espaços não tinham um desenho de rua, nem mesmo as palafitas existiam; as pessoas abriam caminho nas matas e começaram suas vidas.

Hoje o bairro é o mais populoso da cidade, com três avenidas, ruas, palafitas, pontes de concreto e vários braços de rios que o singram. Ainda me guiando a partir de Paul Little (2004: 254):

Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios.

Ou seja, quando elenco a etnografia como forma de abordagem para a compreensão do território, mais do que isso, quando a escrita etnográfica se torna a centralidade do próprio texto e da maneira de conduzir a pesquisa e sua leitura posterior, estou dando ciência a mim e aos meus pares de que entendo e respeito a multiplicidade de expressões que um único território pode oferecer aos olhares do pesquisador.

Na fotografia abaixo, podemos observar outra intervenção, desta, com concreto na várzea.



Foto 1 – Ponte de concreto na várzea. Do autor, 2025.

Outro ponto muito interessante que o antropólogo Paul Little (2004) levanta diz respeito às formas pelas quais um grupo passa a ocupar o território que pertencia a outro grupo e, com isso, exerce pressões e imposições sobre as pessoas e seus modos de vida. No entanto, no caso do bairro do Carnapijó, não se tem, propriamente, a invasão do território por um grupo em detrimento de outro — mesmo que, em alguns casos, ribeirinhos de outras áreas tenham passado a viver nesse espaço.

O que podemos pensar é muito mais em uma invasão de outra lógica de vida, que percebe o “avanço” e o “crescimento” a partir do apagamento da identidade local — mudando a forma de construir e viver, de habitar e socializar. Passa-se o aterro nas áreas de várzea e, em outras vias, o asfalto, sem nenhum planejamento

ou obras de infraestrutura.

Logo, tem-se asfalto sem saneamento básico e, em muitos casos, ausência de encanamento e água potável. E todas essas mudanças se relacionam com a destituição do papel ancestral e quase primordial das águas nesses espaços, pois elas morrem tanto como símbolo quanto como rotas de navegação, fonte de renda, meio de lazer e afins.

Não quero fazer afirmações duras; ao contrário, desejo tornar possível uma análise que coloque na centralidade a reflexão e o questionamento a partir dos comunitários que são interlocutores da proposta.

Metodologicamente, este artigo se deu a partir de uma escrita etnográfica, da vivência em campo (além de entrevistas abertas, anotações no diário de campo e da observação participante) e da Fotoetnografia, por meio das quais foi possível observar, fazer anotações e gravar entrevistas com as/os interlocutoras/res.

Ainda sobre a Fotoetnografia, é importante dizer que as fotografias que passam a compor o trabalho querem bem mais que simplesmente ilustrar: busca-se que elas sejam, por si só, parte fundante da escrita. Logo, as fotografias cumprem e/ou passam a ter a função de texto, tanto quanto a escrita verbal.

Os ciclos das marés: ou uma película de turvas imagens

Não podemos pensar no território sem levar em conta as pessoas que os constroem em modificações cotidianas. No entanto, pensar na “morte” simbólica e na degradação das águas nesses ambientes, é estar diante de uma performance advinda de uma lógica de Estado, que quer padronizar (longe de qualquer tentativa de considerar as realidades presentes e pensar juntos as melhorias). Estive em uma sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Ponta de Pedras, e um vereador de direita afirmou os benefícios de as palafitas (aqui chamamos de pontes) serem feitas de concreto e não de madeira, como sempre foram construídas, pois o concreto dura mais.

Logo, percebemos que (eles) não estão pensando em intervenções participativas, mas sim *lucrativas*, firmando suas ações no apagamento das identidades e na padronização. Pois chegará (ou, em grande escala, chegou) o momento em que não seremos mais ribeirinhos nesses espaços, apenas “cidadãos”, caso sejamos considerados assim. Porém, não acredito que essas marcas profundas possam ser simplesmente apagadas, que essas modificações padronizadas possam remover memórias e destituir o que, ao longo do tempo, foi formando-nos. Abaixo, trago uma fotografia do bairro durante a maré de março e, mais à frente, a fala de uma moradora.

CONCEIÇÃO, Marcos Samuel Costa da.
“ Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”



Foto 2 – Maré de marcos e marcos de tempo. Do autor, 2025

Como vemos acima, o asfalto e toda a sua carga simbólica quanto à modernidade e padronização se fazem presentes, assim como problemas aprofundados em nossas realidades, como a coleta dos resíduos urbanos. No entanto, as águas também estão presentes, tomam para si o que sempre fora suas terras. Diante de tantas nuances faz-se necessário que o próprio pesquisador-pesquisado tenha que viver em si essas transformações. Então, creio que a reflexão abaixo, colabora para pensarmos campo e pessoas, pesquisa e nós mesmo, escrevi:

Com isso, deixei o antropólogo vir à tona. Fiquei atento e anotando. Não se tratava apenas de descrever, mas de sentir, mesmo que de maneira breve, o que estava sendo relatado ou narrado. E creio que fui capaz de sentir antes de descrever. E aqui acredito que a densidade da descrição esteja em sua poética em movimento, uma poética amiúde, mas firme. Não apenas para vir somar à pesquisa, mas para refletir sobre o campo, pois o campo é composto de pessoas e suas memórias, memórias essas que carregam com isso muitos sentidos. (CONCEIÇÃO, 2025: 83)

Nisso, relaciono a densidade da descrição etnográfica com o poder advindo da poética própria dos espaços, pois: “pelos poemas, talvez mais do que pelas lembranças, tocamos o fundo poético do espaço da casa” (BACHELARD, 1978: 201), a densidade e profundidade da relação águas e pessoas, requer de nós a sensibilidade de sermos tocado pelo poema-pequeno do amiúde do viver:

Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. Os escritores de “apostos simples” evocam com freqüência esse elemento da poética do espaço. Mas essa evocação é sucinta demais. Tendo pouco a descrever no aposento modesto, tais escritores quase não se detêm nele. Caracterizam o aposento simples em sua atualidade, sem viver na verdade a sua primitividade, uma primitividade que pertence a todos, ricos e pobres, se aceitarem sonhar”. (BACHELARD, 1978: 200)

Tendo então a casa como “um cosmos”, o que dona Francisca, 61 anos, moradora da Paralela Siqueira Mendes, nos relata, pode corroborar com a nossa reflexão, relata: “Logo que viemos para cá, as mudanças da maré afetavam nossas vidas, metiam a casa no fundo, mas agora que mandei alevantar a minha casa, que não chega a meter. Mas ela ainda entra aqui na rua, ela ainda invade”. As águas ainda invadem. O que dona Francisca afirma é algo muito potente para pensarmos essas mudanças; ela precisou levantar a altura de sua casa para que a água,

em tempos de maré alta, não entrasse nela. Há uma ciência quase profunda de que as águas têm vida própria, sua própria agência sobre nossas vidas (incluo-me muitas vezes, pois sou de Ponta de Pedras e moro em um bairro ribeirinho, o Campinho, que faz fronteira com o bairro do Carnapijó e que também é banhado pelo rio Armazém).

Genisson Paes Chaves e Sônia Barbosa Magalhães (2025: 4) nos dão possibilidades para pensar essa vida das águas sobre as vidas das pessoas nesses espaços, quando argumentam que:

Em estudos mais recentes, antropólogos e antropólogas, historiadores têm chamado a atenção para um gosto das comunidades tradicionais amazônicas de ouvir, contar e criar histórias sobre um outro mundo, constituído por seres que ultrapassam nossa racionalidade, cuja existência transita entre o visível, o imperceptível, a sombra e o sonoro.

Então, é no ouvir, contar e criar histórias que nos comunicamos, criamos e forjamos (como construtores) nossas formas de ocupar. E não se trata, como afirmam os autores, de buscar racionalidades, mas de entender que elas ultrapassam o que tangencia o real. Mas isso, pensando nas águas como símbolo e agente, Alfred Gell (2005).



Foto 3 – Maré de marcos e marcos de tempo. Do autor, 2025.

A maré vai baixando e, com ela, um retrato do que tem sido feito com nosso meio ambiente. Os resíduos ficam, passam a ocupar a paisagem e afastar as possibilidades do uso dos braços de rios como antes eram usados. Presenciamos uma morte em meio à resistência; a maré vai voltar sempre e encontrar, também, sempre outras paisagens.

Maré lançante: outra forma de ver as águas ou retratos múltiplos

Outra moradora da área, dona Conceição A., 52 anos, que reside ali há mais de trinta anos, relata que, quando ela era criança, ainda não existia a rua, era apenas “mato”, e as pessoas foram abrindo a rua. Questionei-a quanto às mudanças que ela fora assistindo ao longo dos anos; ela respondeu: “a mudança que teve foi esse asfalto que começou ano passado. E a água que chegou, graças a

CONCEIÇÃO, Marcos Samuel Costa da.
“Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”

Deus, porque era só a água do garapé [igarapé] que a gente usava. Graças a Deus que chegou”.

Como já fora dito, essas mudanças de cunho urbanístico não têm um planejamento profundo; junto com o asfalto, não vem o saneamento básico. E, como relata a moradora, era recente a chegada da água encanada, pois antes usavam apenas a água do “garapé”. Isso nos leva a refletir sobre a vida dessas águas nas vidas das pessoas: encontram uma continuidade biográfica ou passam a sofrer um apagamento?

Mas talvez não; talvez continuem uma para as outras, mesmo que ganhando outras formas e contornos. Conceição: “Agora (a maré) está de lançante, e mete toda no quintal. E até que não tá tão grande, mas tem marés grandes aí que dá até medo, cobrem a rua todinha”. Esse medo, muitas das vezes, não era apenas da maré em si, mas do que vinha com ela.

Trago comigo essas vivências. Minha mãe falava que era quando cobras subiam nas casas, comiam galinhas e patos do quintal, que bichos, espíritos e acontecimentos chegavam mais perto. Lembro que, quando criança, que vi quando uma cobra grande comeu um dos seus patos de uma vizinha. Fomos para lá, os vizinhos mais próximos; a cobra era realmente muito grande e foi morta. Com isso, afirmou-se ainda mais o que minha mãe sempre falava sobre as águas grandes. No entanto, para nós, crianças que tínhamos nossos pés plantados nos rios, era um momento único e esperado. Fazíamos ainda mais questão de tomar banho no rio.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004: 10):

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes.

Ao fazermos o uso desses fatores de identificação, a partir da noção de territorialidade, em que identificação, defesa e força se articulam, estamos, na verdade, construindo uma visão de forma de viver que se relaciona com o criar, contar e ouvir. É necessária uma crítica profunda ao que se tem feito com o território a partir da lógica do Estado capitalista e como *máquina* de manobra político-eleitoral. Assim como, uma reflexão que não parta de julgamentos e intimidações, porém, de doravante observações/compreensão pelo sensível, da maneira como ressignificamos o território em meio aos desafios. Pois, se pensarmos bem, quem começou, nas palavras dos moradores, “abrir” essas ruas foram eles mesmos.

Diante disso, os ciclos de mudanças, mesmo evitáveis ou inevitáveis, têm que ser geridas em vários ângulos, especialmente de quem ali mora, sob concepções diferenciadas que se completam, como de dona Antônia, 72 anos, que relata:

Quando meus sobrinhos vêm do Tijucuaquara eles dizem ‘tia, melhorou bastante pra senhora’, e eu digo ‘melhorou, melhorou bastante’, digo isso para eles. Era lama até lá no final, de lá pegando no Armazém (rio) pra lá. Agora está, graças a Deus, tudo aterrado, e asfaltado, graças a Deus, só na paralela que ainda falta.

Logo, não se trata apenas de algo “bom” ou “ruim”, mas que pelo que tudo indica, do necessário, porém, que não abarca a necessidade do “todo”, há muitas falhas. Para idosos, por exemplo, que precisavam se locomover, como a própria dona Antônia relatou foi bom para ela. No entanto, ainda falta humanização (saúde, segurança, lazer e saneamento básico). É necessário entender a intricacidade dessas moradias, em que o “novo” e o “velho” estão em diálogo. Outra vez, quero trazer uma fotografia para pensarmos isso.



Foto 4 - Rios e pontes. Do autor, 2025

Na centralidade do bairro, ao longo do curso da palafita conhecida como “Passagem do Alegrão”, temos essa ponte que atravessa um igarapé, assim como o barco e a casa ribeirinha. Isso em um espaço que se constrói quanto a sua diversidade do viver. E quando pensasse intervenções urbanísticas sem considerar quem habita ali, faz-se um mover contra as possibilidades do bem-viver e do dinamismo que as águas impõem ao cotidiano dos moradores do bairro. Ou seja, o/a ribeirinho/a que precisa fazer uso do curso do igarapé para ter acesso ao rio (para exercer suas atividades laborais – pesca, extração de açaí e afins), têm interferência profundas nessas práticas comuns e comunitárias.

Como dito, essas relações são muito complexas (sei o quanto essa palavra pode soar cansativa, mas talvez seja a que caiba para o cenário). O curso do rio continuará fazendo seu trajeto, muitas pessoas ainda irão navegar por eles, quanto outros cercam os trechos que passam a lhe dizer respeito e em meio de tudo isso, tem-se uma noção de política pública que não pensa na diversidade do existir quando programa, planeja e executa tais obras públicas sem consultar/escutar os que vivem o cotidiano. Se por um lado permitir a passagem produz incômodo ao morador, produzir impedimentos complica a navegação tão necessária aos mesmos moradores e aos navegantes.

Retratos que se revelam: a imagem turva da correnteza

Com a escrita deste artigo, voltei ao meu diário de campo e, em 8 de janeiro de 2025, fiz minha primeira visita a campo, anotando o seguinte: “[a] via principal é de chão batido, no que chamamos de aterro na área de lama (várzea).” Uma fenda enorme na mata, que um dia foi ponte (palafita) e agora é aterro”. Essas foram as primeiras imagens que me acompanharam quando voltei para casa após a visita.

No entanto, muitas outras passaram a compor o itinerário do campo. Pois, para Michel Agier (2001: 9)

A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade. Por sua

CONCEIÇÃO, Marcos Samuel Costa da.
“Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”

vez, esses relacionamentos “trabalham”, alterando ou modificando, os referentes dos pertencimentos originais (étnicos, regionais, faccionais). Essa transformação atinge os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores morais, até mesmo as línguas, a educação e outras formas culturais que orientam a existência de cada um no mundo.

O autor se refere à cidade, e compreendemos esse entendimento para uma fração da cidade, que, em nosso caso, é um bairro. E, para além disso, para as particularidades que um bairro, na realidade amazônica, pode ter. Logo, considerando tais noções, podemos pensar como regras da vida social e valores mudam, transformam-se conforme as demandas do viver em pontes.

Com isso, onde antes se podia navegar, hoje não se pode mais, pois a conjuntura do todo, “esses relacionamentos ‘trabalham’, alterando ou modificando” o cotidiano das pessoas. Para compormos um “retrato” desse cenário de águas e pessoas, é de suma importância nos atermos às próprias falas de quem ali vive e permanece.

Dona Conceição A., 52 anos, narra que:

a maré ainda atinge os quintais, já não vejo como antes. É, por exemplo, eu não vi a maré tão alta, não sei o que aconteceu, esse ano já cresceu um pouquinho, não sei, são as águas da semana santa que a gente chama, já não vejo como antes, mas sim ainda interferem nas nossas vidas. Essa casa nunca alagou graças a Deus, a do lado também não. Mas teve um ano, há quatro anos atrás que foi bem rente que entrou nas frestas daqui de casa, e nunca tinha acontecido, mas ano passado já não vi o crescimento da maré.

As águas continuam compondo esse “retrato” das vidas, onde marés ganham nomes mais íntimos, como: maré da Semana Santa, maré morta e outros. Para nós, antropólogos e antropólogas e, como no meu caso, ribeirinho antropólogo, é relevante que considerar e pensar de maneira crítica esses cenários considerando cada compreensão dos interlocutores, pois elas são essenciais para compreender a vida nas e sobre as pontes do Carnapijó.

Se nos atermos ao aparente, ao imediato, o que nossas impressões revelarão quanto ao “retrato” será apenas o que tomamos como “verdade”, fazendo uso do “poder” que a etnografia carrega consigo sobre as/os outras/os. Mas, mais do que isso, cabe-nos ter a consciência de que não damos conta de uma totalidade, mas sim apenas de partes desse todo. Cabe ainda compreender que há entendimentos complementares e conflitantes e que cada situação e depoimento deve ser analisado com cuidado e intelecção com os moradores.

Dona Djanira, 77 anos, testemunha que:

depois fizeram a ponte, a energia elétrica vinha da rua do lado e da vila do outro lado. Até que graças a Deus veio a energia elétrica para nós. E depois veio o aterro, e o primeiro aterro que colocaram era um lamaçá [lamaçal], parecia que nós era porco, era lama. A gente saía de sacola nos pés, era difícil de sair de casa. aí já no fim, o finado Cicero, que ainda não era finado, mandou jogar esse aterro, que melhorou para nós. E que até hoje nós temos aqui. Já veio asfalto para a rua do lado, e estamos escondidos aqui. As entregas daqui são ruins. O que sofremos é por conta da água, a água não chega.

A fala da moradora nos revela muito sobre esse “retrato” que passamos a observar e tentar descrever. O primeiro aterro era pura lama; o segundo aterro, que melhorou, não trouxe consigo a água encanada, nem mesmo o asfalto. Mas continuam ali, como nas palavras da moradora: “estamos escondidos aqui”. E é esse “esconderijo” e sua descrição que buscamos, embora haja uma vaga impressão que me permeia de que a totalidade nunca estará ao nosso alcance.

Palavras finais

Cabe a nós, antropólogos e antropólogas ribeirinhos/as ou não, a possibilidade de uma leitura que considere as muitas formas pelas quais a realidade se coloca e passa a se locomover. O cenário é mutável: dias de águas, chuvas, construções e alterações profundas nas paisagens. As pessoas mudam e são mudadas pela dinâmica dos espaços. Portanto, a tradição comporta mudanças, adaptações radicais ou não.

A sensibilidade na prática etnográfica é um arcabouço importante, pois nos permite que não sejamos insensíveis ao campo (e ao que o forma, às pessoas e seus modos de vida). Penso as águas nesse espaço como uma forma de vida em coprotagonismo, ou até mesmo em protagonismo, com as outras formas de vida, incorporando a natureza das águas como possibilidade de coexistir com ela.

As águas seguem seus cursos e recriam memórias, encontrando tantas e tantas gerações. O que talvez estejamos vendo é sua caminhada para um outro tipo de “morte”. Morte essa que significa, na prática, o impedimento de seu uso como lazer, meio de locomoção e uso doméstico. Logo, a contribuição desse artigo para debates mais amplos sobre territorialidade e políticas públicas em contextos ribeirinhos, seja de ampliar o debate e entendimento desse grupo, que muitas vezes são tomados por ideários genéricos e não entendidos em suas construções de identidade, assim como para pensarmos que nós ribeirinhos estão vivendo, muitas das vezes onde sempre vivemos, é a cidade e sua lógica de acumulação que se aproxima mais e mais (como acontece com os territórios de outras populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas e afins).

Com isso, percebemos que estamos diante de transformações que vão muito além das escolhas dos moradores locais; essa “modernidade” do atraso chega e, com ela, os problemas antigos continuam os mesmos. Com o asfalto, não veio o saneamento básico: as famílias continuam sem rede de esgoto e água potável em suas torneiras. Pois o território ribeirinho não se “tornou” urbano; foi o urbano que chegou até lá, mudando cotidianos e tentando apagar memórias narrativas.

Há, com isso, uma certa argumentação de generalização de uma identidade ribeirinha. Porém, foi justamente isso que este texto tentou repensar: as pessoas que estão nessas áreas carregam consigo um processo histórico de luta, de resistência e de movimentação. Nada fora dado de forma passiva. As mínimas políticas públicas foram conquistadas.

Outrossim, considerar territorialidade e políticas públicas em contextos ribeirinhos requer sensibilidade, escuta e compreensão. O asfalto melhorou o acesso para idosos e pessoas com deficiência; isso fora bom; no entanto, outros problemas potenciais ficam pendentes.

Recebido em 20 de novembro de 2025.

Aprovado em 10 de março de 2025.

CONCEIÇÃO, Marcos Samuel Costa da.
“Tem marés grandes aí que dá até medo, cobre a rua todinha”

Referências

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7 (2): 7-33, 2001.
- ALMEIDA, Al. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, 6 (1), 2004.
- ALVES, Conceição. Entrevista concedida a Marcos Samuel Costa da Conceição. Ponta de Pedras, 05 de janeiro de 2025.
- ANTÔNIA, M. Entrevista concedida a Marcos Samuel Costa da Conceição. Ponta de Pedras, 05 de janeiro de 2025.
- BACHELARD, Gaston. Coleção Os pensadores. A filosofia do não; novo espírito científico; *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CHAVES, Genisson Paes. Magalhães, Sônia Barbosa. Aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru (PA). *Revista de História Regional* 30: 1-23, 2025.
- CONCEIÇÃO, M. S. Costa. *Habitar/habitação em carnapijó: arte, narrativas e resistências no diálogo ancestralidade e urbanidade em um bairro ribeirinho*, CXVI, 116 p., Belém, 2025.
- CONCEIÇÃO, P. Entrevista concedida a Marcos Samuel Costa da Conceição. Ponta de Pedras, 05 de janeiro de 2025.
- DJANIRA, T. Entrevista concedida a Marcos Samuel Costa da Conceição. Ponta de Pedras, 05 de janeiro de 2025.
- GELL, Alfred. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. *Concinnitas*, 6 (8): 41-63, 2005.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. pp. 251-90.